

## INVESTIDURA NEOLIBERAL NO BRASIL: DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (2016 a 2019)

Geisa Carla Gonçalves Ferreira<sup>1</sup>  
Giseliane Medeiros Almeida<sup>2</sup>  
Vanessa Sátiro dos Santos<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo problematiza o neoliberalismo e conservadorismo no âmbito da educação e políticas públicas no Brasil, durante o período de 2016 a 2019. Sob a epistemologia crítica em educação delinea-se argumentos sobre os impactos da investidura desses processos e os seus desdobramentos em torno das reformas governamentais e seus impactos sob as políticas educacionais. O percurso metodológico diz respeito a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e análise documental, a partir da qual destacamos que as políticas em curso no âmbito da educação representam um retrocesso aos caminhos construídos sob o pilar da democracia e cidadania. No atual governo, com o anúncio de cortes e reformas na educação, materializa-se os posicionamentos de autores como Marx (1993), Frigotto (1995), Neves (2005) et al. ao proferirem em torno da expansão do capital e o projeto desenvolvimentista com foco para a classe dominante, por meio de um aparelho estatal que vem intensificando com seus instrumentos legais respaldados pela ideologia neoliberal que atinge toda a população a partir de suas reverberações para a vida materialmente construída. Consideramos que a proposta do atual governo não contempla as especificidades sociais e econômicas da classe trabalhadora. Por fim, este artigo apresenta uma iniciativa emergente de ativismo acadêmico, político e social de resistência a uma ordenação política educacional mercantilista, segregatória e estereotipada que não nos representa enquanto especialistas da educação, comprometidas com o processo de crescimento e revolução de mentalidades.

**PALAVRAS- CHAVE:** Investidura neoliberal; Brasil; Políticas educacionais;

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL) - geisacarla2420@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL) - gisele\_ufal@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL) – vanessasatiro82@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Pensar em educação sob a égide do neoliberalismo é descortinar as interfaces da sua orientação política, econômica e social, ratificando problematizações em torno da realidade e sua investidura frequente no que concerne a mercantilização e conservadorismo educacional.

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da investidura conservadora neoliberal entre os anos de 2016 e 2019 no âmbito das políticas públicas em educação, percebendo os desdobramentos das propostas de reformas educacionais. Delineiam-se como objetivos específicos as seguintes estratégias de reflexão e produção teórica: compreender a crise do Estado na contemporaneidade, destacando seus impactos nas políticas educacionais; Perceber como a investidura conservadora neoliberal entre os anos de 2016 a 2019 atinge a educação no âmbito das políticas públicas educacionais; Destacar os desdobramentos das propostas de reformas educacionais do governo Bolsonaro e suas implicações no âmbito da educação nacional, evidenciando sua relação com o neoliberalismo conservador.

Assim, buscamos refletir sobre os impactos desse novo cenário político para a educação pública no Brasil, compreendendo e problematizando os direcionamentos que serão dados às políticas públicas educacionais.

Vale ressaltar que o marco temporal escolhido entre os anos de 2016 a 2019, se deu a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff que ocorreu em abril do ano de 2016, passando pelo governo de Michel Temer 2016 a 2018 e o atual governo de Jair Bolsonaro com início em janeiro deste ano, afim de evidenciar os impactos das políticas educacionais e sua relação com a investidura conservadora neoliberal.

O percurso metodológico para este trabalho parte da abordagem qualitativa, com estudo bibliográfico e documental que tratam das políticas públicas educacionais no Brasil. É uma pesquisa qualitativa, tendo que as “políticas públicas consistem em um campo do saber em construção” (DIÓGENES, 2014, p. 45).

Para corroborar com esta discussão recorreremos aos estudos de Diógenes (2014), que apresenta um estudo do campo histórico e epistemológico das políticas públicas no Brasil, Frigotto (1995) vai contribuir com a discussão sobre neoliberalismo, mostrando que a compreensão da realidade social, não leva em conta as relações de poder e as relações de força, Neves (2005), vem enfatizar estas políticas como um instrumento de confirmação cognitiva e comportamental do brasileiro ao projeto de sociabilidade burguesa, Zorzetti

eBarros (2009) defendem que o interesse do capital é qualificar minimamente o trabalho, outros teóricos que corroboram com as ideias defendidas desta temática.

Concomitantemente, o trabalho torna-se viável e emergente, considerando que a investidora conservadora neoliberal é uma constante contemporânea, sendo de suma importância problematizar e desmistificar tais estratégias governamentais que buscam consolidar estratégias mercantilistas na educação proferindo justificativas alevisivas e falaciosas que buscam, na maioria das vezes, um conformismo populacional.

## **CRISE DO ESTADO E O NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Partiremos de uma perspectiva crítica, analisando a relação do Estado com o processo de globalização, objetivando compreender as contradições que estão postas para o Estado nos marcos do projeto neoliberal que se implementa no Brasil na década de 1990.

Na atualidade, compreender a relação entre o Estado e a globalização se faz presente no mundo capitalista contemporâneo. A literatura especializada indica que há visões moderadas sobre o processo de globalização. São análises que chegam até a negar os impactos deste processo. Mas, o fato é que, mesmo diante dos diversos olhares sobre a temática, Forjaz (2000) afirma que há um esforço em ajustar a população às supostas determinações desse “mundo global”. Gadotti (2000, p.3) considera que,

Ainda não se tem idéia clara do que deverá representar, para todos nós, a globalização capitalista da economia, das comunicações e da cultura. As transformações tecnológicas tornaram possível o surgimento da era da informação.

A leitura marxista sobre a concepção de Estado afirma que esse é classista, ou seja, representa os interesses de uma classe, não da sociedade como um todo.

Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantir recíproca de sua propriedade e de seus interesses (MARX, 1993, p.98).

Behring (2008, p. 32) considera que em Marx há o núcleo “ontológico e categorial para uma crítica da sociedade burguesa”, no entanto, para ela “o desafio é entender o que muda no capitalismo contemporâneo, o sentido das transformações econômicas e sociais em curso – a condição geral da luta de classes – e as novas requisições para a intervenção do

Estado”. Assim, faz-se necessário analisar o Estado a partir das relações entre as forças de produção e a divisão social do trabalho.

A década de 1930, com o Estado Novo, “adere às forças produtivas de uma nova classe social, a burguesia, unificando-se inicialmente a ela no plano político.”(BONETI; GUIDINI, 2011, p.16619).

Nesse sentido, os autores consideram válidas as análises que apontam que as políticas implementadas no Brasil da década de 1930 partem de “uma política estatal voltada para o jogo e confluência de interesses das classes dominantes”. (BONETI; GUIDINI, 2011, p.16619). Ou seja, desde o início do século XX que há uma configuração de dominação de classes, provocando desigualdades sociais e desajustes no desenvolvimento humano, político e social no Brasil.

Destarte, é na década de 1970 que o mundo passa por um processo complexo e intenso do chamado “capitalismo global”, ou globalização, processo esse fruto das quedas das taxas de lucro dessa década. Assim, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma revolução tecnológica e organizacional. Funda-se uma nova relação com o mundo do trabalho, de produção flexível, que impacta diretamente na força de trabalho. Behring (2008, p. 59) coloca que “os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais atrativos às inversões estrangeiras. Os estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas”.

Backer (2005) ao reafirmar que há uma crise resultante desse processo de globalização, destaca que há três perspectivas a serem discutidas sobre a configuração desta crise. Assim, apresenta que,

A primeira perspectiva decorre da lógica do chamado Consenso de Washington acerca da globalização neoliberal baseada na economia privada. A segunda analisa o Consenso de Washington a partir de uma perspectiva mais tradicional do direito público. A terceira leva em consideração o atual quadro analítico em certos países em desenvolvimento, bem como a posição de grandes instituições religiosas ocidentais, sob a forma de uma crítica moral da globalização econômica liderada pelo Ocidente.

“A lógica interna do atual processo de globalização, muitas vezes denominado “Consenso de Washington”, aponta para o fim do Estado como principal forma de organização do poder, e a sua substituição por um sistema difuso constituído por esferas de direito privado”, conforme acrescenta Backer (2005, p.257).

O Consenso de Washington indica o crescimento econômico pelo viés da globalização econômica, com apoio financeiro do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse sentido, “O Estado se torna vazio, parte de um sistema global em

que o poder organizacional é transferido e compartilhado entre um novo conjunto de atores.  
”Backer (2005,p.258).

De acordo com Bavaresco (2001, p.1) “O fenômeno da globalização põe em crise a teoria da soberania moderna, porque o Estado-Nação forjado a partir da autonomia soberana não consegue mais controlar e proteger o seu território [...]”. Ainda segundo o autor, os elementos clássicos que compõem o Estado-Nação são: território, povo e soberania, sendo a soberania o elemento determinante dos três. O território é elemento que delimita ação do estado soberano, sendo terrestre, marítimo ou aéreo. “O princípio de impenetrabilidade afirma que o Estado tem o monopólio de ocupação de determinado espaço. ”O povo é a população que configura o Estado. “Todos os que integram o Estado por meio da vinculação jurídica permanente, adquirem a condição de cidadãos”. Bavaresco (2001, p.78).

Finalmente, a soberania é una, indivisível, inalienável e imprescritível. Ela é una, porque não se admite num mesmo Estado a convivência de duas soberanias. É indivisível, porque se aplica à universalidade dos fatos ocorridos no Estado, sendo inadmissível a existência de várias partes separadas da mesma soberania. É inalienável, porque aquele que a detém, desaparece, quando fica sem a mesma, seja o povo, a nação ou o Estado. É imprescritível, porque jamais seria superior, se tivesse prazo certo de duração. Todo poder soberano aspira a existir permanentemente e só desaparece, quando forçado por uma vontade superior.

Para Boneti e Guidini (2011, p. 16618) o Estado “nasce” como um núcleo “impenetrável”, ou seja,

Partindo desse núcleo, as diferentes classes dominantes agem e definem as políticas, influenciando nas tomadas de decisões e ditando os rumos políticos, econômicos e sociais da nação. Evidencia-se, portanto, uma inicial divisão entre o núcleo do Estado – classes dominantes e poder - e as demais forças produtivas que alavancam o funcionamento desse mesmo Estado: ossatura material em relação às divisões sociais do trabalho.

É na década de 1980 e 1990 que assistimos no Brasil ao fortalecimento do projeto neoliberal. É um projeto que tem como fundamento a descentralização das funções do Estado, propugna a redução intervencionista do Estado. Ibarra (2011, p. 239) acrescenta que o projeto neoliberal

Exalta as virtudes abstratas do mercado, os prêmios aos mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade, e da liberdade de contratação. Crítica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-as de perniciosas e ineficientes.

Na ordem social interna dos países o Neoliberalismo há uma “supressão do protecionismo, da política industrial e de outras formas de intervencionismo estatal, unida às privatizações e à abertura de fronteiras. ” Ibarra (2011, p. 240). Esse modelo privatista e anti-estado trouxe impactos profundos nas políticas educacionais no Brasil.

## NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

As políticas públicas fazem parte da luta de classes própria da sociedade capitalista, são as forças antagônicas que fazem as políticas públicas surgirem ou não, é a classe trabalhadora organizada que faz com que as políticas sejam ou não pautas de debates e ações por parte do Estado.

A partir da década de 1990, com o capitalismo financeiro internacional e nacional, o Estado vem sofrendo redefinições em seu papel para atender ao novo projeto de sociedade burguesa, que passa a requerer um novo tipo de homem/mulher e trabalhador(a). Nesse sentido, segundo Neves (2005), o aparelho estatal vem intensificando, com seus instrumentos legais e ideológicos, o seu papel de educador, ou seja, de instrumento de confirmação cognitiva e comportamental do brasileiro ao projeto de sociabilidade burguesa, de modo que programa posturas e práticas condizentes com essa lógica capitalista.

Emerge desse contexto um redirecionamento das políticas educacionais, para os diversos níveis e etapas, a fim de atender a nova lógica de recomposição do sistema do capital, priorizando assim, uma formação de sujeitos adaptados às novas demandas de produtividade e competitividade em tempos de reestruturação produtiva do capital.

Sob essa ótica, na década de 1990 organismos multilaterais, como Banco Mundial, em uma conferência denominada “Conferência de Educação para Todos” formularam algumas orientações para os rumos da educação nos países da América Latina, incluindo o Brasil, e Caribe que limitou a Educação Básica “a conteúdos mínimos - saber ler, escrever e calcular, necessários para a empregabilidade e a formação de atitudes para o trabalho, ou seja, qualificar minimamente o trabalhador”. (MARONEZE; LARA, 2009, p. 3286).

Além disso, esses organismos internacionais elegeram a educação como instrumento primordial para a melhoria da rentabilidade econômica desses países, bem como para justificar a ineficácia quanto ao crescimento econômico deles.

Sobre tal justificativa destacamos a narrativa de três momentos em que a política educacional brasileira vivenciou os argumentos maciçamente para dentro de suas engrenagens no tocante ao atendimento da lógica de recomposição do sistema do capital. Vejamos na sequência a seguir:

Quadro 1: Proposições dos documentos multilaterais para as políticas educacionais 2016 a 2019

UMA PONTE PARA O FUTURO (PMDB, 2016)	UM AJUSTE JUSTO (BM, 2017)	LEI DE ORÇAMENTO FISCAL (BRASIL, 2019)
<p>“As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. Em parte estes aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos virtuosos, na área da saúde, da educação e na assistência social”.</p> <p>“Durante certo tempo houve espaço para a expansão da carga tributária e evitaram-se grandes déficits. Como também houve um certo crescimento econômico que permitiu aumento das receitas fiscais.</p> <p>“O crescimento automático das despesas não pode continuar entronizado na Constituição, sem o que o desequilíbrio fiscal se tornará o modo padrão de funcionamento do Estado brasileiro”. (PMDB, 2016, p. 6).</p>	<p>“Reformas do setor de educação para aumentar a eficiência e a equidade, e reduzir o custo fiscal”.</p> <p>“A contratação de empresas privadas para o fornecimento de serviços de educação também poderia melhorar o desempenho e a eficiência dos gastos públicos com educação. As escolas charter provavelmente teriam mais flexibilidade para gerir seus recursos humanos. Por poderem ser penalizadas por mau desempenho, elas baseariam as decisões sobre contratação, demissão, promoções e salários no desempenho individual dos professores, e não em sua estabilidade ou antiguidade. No entanto, talvez sejam necessárias novas leis federais, estaduais e municipais para permitir PPP's no Ensino Básico”. (BM, 2017, p.141).</p>	<p>“A perda real acumulada da pasta entre 2015 e 2018 é da ordem de R\$ 17,6 bilhões (14,1%) e, nesse cenário, <b>as despesas na Educação Básica caíram no dobro da velocidade em relação à Educação Superior e Profissional</b> — quedas de, respectivamente, 11,0% e 4,7% entre 2015 e 2017 conforme dados recentemente divulgados pelo <a href="#">Tesouro Nacional</a>. Trata-se de um contrassenso: o maior desafio do Brasil hoje é o de garantir acesso, permanência e aprendizagem na Educação Básica aos 43 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos”. (BRASIL, 2019, p. 18).</p>

Fonte: Sistematizado pelas autoras (2019).

Consoante ao quadro analítico sistematizado a partir de documentos oficiais que compreendem a lógica de multiplicação das orientações multilaterais para as políticas educacionais na ambiência no estado brasileiro, percebemos que tal política, especificamente, vem se colocando como um espaço privilegiado de atendimento aos interesses do capital, propostos nos fragmentos sintéticos que destacamos e em outros ditames que adensam a disseminação da axiologia globalizante do sistema do capital. Em outras palavras, participa como aparelho privado na garantia da hegemonia da classe dominante do projeto em curso, muito embora, neste percurso recente, seja possível ter vislumbrado um horizonte plurifacetado de avanços e retrocessos. Observemos seus delineamentos a diante.

## DESDOBRAMENTOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E CONSERVADORAS

Na contemporaneidade muito se tem falado de conservadorismo da educação e de uma possível retomada de valores neoliberais, aos quais estavam prescritos no plano de governo para a campanha eleitoral falando-se de uma possível “inversão de prioridades”. Concomitantemente é importante destacar do que se trata a educação conservadora e a investidura neoliberal no âmbito das teorias da educação e tendências pedagógicas.

O pensamento conservador<sup>4</sup> de acordo com Correia (2013, p. 80) designa a postura daquele que busca “[...] a manutenção e a continuidade da ordem estabelecida, sem se dar ao ‘exercício do senso crítico’, o que leva a assumir a recusa à possibilidade de ocorrer mudança, inovação ou transformação”.

Desta forma, o conservadorismo no âmbito da educação expressa a visão política durante os anos de 1990 e as reformas educacionais que estabelecem relação com as posturas progressistas e tecnicistas, traremos aqui uma breve discussão em torno das teorias e tendências da educação a fim de refletir em torno do pensamento conservador e neoliberal inculcado na educação e, por conseguinte, nas políticas públicas.

Saviani (2006) apresenta conceitos da educação a partir do que ele chama de teorias não-críticas, relativas a pedagogia tradicional (professor transmite e o aluno assimila), a pedagogia nova (a educação como instrumento de correção da marginalidade, ensinar a aprender a aprender, professor como estimulador e orientador) e a pedagogia tecnicista (formar para o mercado de trabalho através de meios e técnicas). As teorias crítico-reprodutivistas relacionadas as teorias do sistema de ensino como violência simbólica (classe dominante exerce o poder), escola como aparelho ideológico do estado (Deriva de Althusser, delineando a escola como instrumento da burguesia para garantir e perpetuar seus interesses) e a teoria da escola dualista (escola dividida em burguesia e proletário, com duas funções básicas de força de trabalho e inculcação da ideologia burguesa). Por fim, propõe uma teoria crítica da educação.

Tomando como critério de criticidade e a percepção dos condicionantes objetivos, denominarei as teorias do primeiro grupo de “teorias não- críticas” já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma. Inversamente, aqueles do segundo grupo são críticas uma vez que se empenham em compreender a educação remetendo-a sempre a seus condicionantes objetivos, isto é, à estrutura socioeconômica que determina a

---

<sup>4</sup>De acordo com Rohmann (2000) apud Correia (2013, p. 80), “o conservadorismo é um termo criado em 1820 pelo escritor francês Chateaubriand, em meio à proposta de restauração política defendida em seu jornal”. De maneira que com a Revolução Francesa, foi ganhando projeção cada vez mais pronunciada.

forma de manifestação do fenômeno educativo. Como, porém, entendem que a função básica da educação é a reprodução da sociedade, serão por mim denominadas de teorias “crítico-reprodutivistas” (SAVIANI, 2006, p. 5)

As teorias não críticas e as crítico-reprodutivistas são instrumentos de uma educação conservadora, as quais se equiparam com as tendências pedagógicas descritas por Libâneo (1990), relativas a tendências pedagógicas liberais (não críticas) e das tendências pedagógicas progressistas (críticas).

O primeiro abarca as tendências: liberal tradicional, liberal renovada progressista (construtivismo), não diretiva (centrada na pessoa) e a tecnicista (vigente no Brasil durante o regime militar). O segundo compreende as tendências: progressista libertadora (de Paulo Freire), a progressista libertária (de pessoas identificadas com o anarquismo) e a crítico social dos conteúdos (defendida por Libâneo). (CORREIA, 2013, p. 82).

As tendências descritas por Libâneo (1990) também se enquadram como conservadoras. Nesse cenário, Silva (2003) aborda três teorias curriculares para a prática pedagógica: tradicional, crítica e pós-crítica. Sob essa perspectiva Luckesi (1989) apresenta uma estratégia do que seria a transformação pelo o que chama de forjar o sistema diariamente no âmbito da educação escolar.

Todavia, Azevedo (2001), em educação como política pública, afirma que o estado favorece o capital, e ao invés de defender os interesses públicos defendem os interesses da classe dominante, é uma ordenação política que visa o capitalismo,

[...] a noção de política pública deve incluir todas as ações do governo- e não apenas as intenções estabelecidas pelos governos ou pelos funcionários [...] nós devemos considerar a não- ação do governo – o que o governo, escolhe não fazer como política pública. (AZEVEDO, 2001, p. 26).

Deste modo, apesar desta ser uma discussão muito ampla, a imposição do capital influencia no modo como os alunos aprendem e como os educadores podem educar. Mészáros (2009) expressa uma crítica à educação que deveria ser uma alavanca de mudança, mas tornou-se instrumento da sociedade capitalista, fornecendo conhecimentos necessários apenas para a produção de um conhecimento mecânico, legitimando os valores dominantes, tornando-se uma peça da acumulação do capital, reproduzindo o sistema de classes, é o processo de mercantilização da educação que fornece consenso e conformidade, uma abordagem de educação elitista que se diz democrática, mas têm reproduzido um conservadorismo latente e estigmatizante.

Canário (2006) destaca que é preciso reinventar a organização escolar, considerando os aspectos informais do cotidiano onde a escola está inserida, pois a escola não é o único

local que se aprende, é fora dela que aprendemos a maioria do que sabemos. Libâneo (2009), por sua vez, destaca que é preciso considerar esses elementos informais de cada aluno, para que se tenha o sucesso dos mesmos, com a participação de todos. Onde a escola não seja apenas um somatório de professores e alunos, mais um somatório de aprendizado. Segundo ele, devemos resistir as forças conservadoras, ou seja, aquilo que já está estabelecido, nas instituições escolares,

[...] é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar, como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2009, p. 328).

Desta forma, o conservadorismo no âmbito da educação expressa o neoliberalismo, ao qual têm intensificado o seu poder em escala mundial, apresentando mudanças no campo econômico, social, cultural e, por conseguinte, educacional. “No Brasil, essas orientações têm impactado principalmente os serviços sociais como a educação, com influências nas propostas de programas de governo e nas políticas educacionais, que além de incorporarem essas orientações estabelecem regulamentações no campo legal” (CARDOSO, et al., 2015, não paginado).

Trata-se da educação como um direito social fundamental que vem sendo ameaçada pela política estatal vigente conservadora e mercantilista,

O projeto neoliberal de educação advém do aprofundamento do liberalismo, considerado uma vertente do capitalismo, que orienta novos rumos liberais para fortalecer o projeto do capital, sem necessariamente romper com ideários anteriores aos moldes dessas orientações, haja vista que, os programas de governo que encaminham as políticas de Estado, reajustam os serviços sociais para atender a produção capitalista (CARDOSO, et al., 2015, não paginado)

O liberalismo clássico foi sendo modificado pelo avanço do capitalismo, e com base nessa economia política surge a “democracia utilitarista”, essa que aqueles que estão no poder defendem apenas seus interesses individuais, defendendo a neutralidade do estado, para assim privatizar instituições públicas, defendendo a não participação do estado na economia.

O estado deveria ser o guardião dos interesses públicos, entretanto fornece falsas compreensões em torno do que seria um bem-estar comum. Contudo, trata-se de um jogo discursivo que engana e serve somente para o estado ampliando a economia do mercado.

Nesse cenário a disputa pela educação tem sido tratada no Brasil como objeto de subordinação ao capital. Assim, de acordo com Frigoto (1995), a educação passa a ser compreendida como um campo de disputa de classes.

Nessa perspectiva, a educação tem sido regida pelas orientações neoliberais, que buscam fortalecer o sistema capitalista e manter privilégios de uma classe historicamente hegemônica no controle das decisões do país. Ao mesmo tempo, ocorre um processo de resistência por meio de lutas em defesa sistemática da educação pública, gratuita e de qualidade que venha incorporar as políticas públicas educacionais para o país. (CARDOSO, et al., 2015, não paginado).

Isso adentra no contexto escolar que passa a vigorar a competitividade e a meritocracia, de modo que a prática pedagógica se centra nos resultados que serão alcançados e não na aprendizagem e desenvolvimento crítico dos alunos, que são princípios da gestão democrática e participativa, onde todos são importantes na consolidação da escola.

Diante disso, compreende-se que os impactos do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal têm atingido não só a educação, mas, outros direitos públicos essenciais. A violação de direitos, implica, muitas vezes, em retrocessos dos direitos sociais e, de alguma forma, traz à tona as mazelas do sistema capitalista, que a cada dia se intensificam, exigindo reação organizada dos que buscam a garantia dos direitos sociais, como o da educação. (CARDOSO, et al., 2015, não paginado).

Compreender a educação e o impacto do neoliberalismo e conservadorismo em sua estrutura, requer uma contextualização, na medida em que se faz necessário politizar a discussão sobre educação, ampliando possibilidades de compreensão e questionamentos por aqueles que fazem a escola, considerando que as influências neoliberais incidem significativamente em todos os atores que compõem o corpo escolar, reduzindo os saberes, papéis e sentido da educação a interesses do capital. “Nesse cenário de desafios à educação, coloca-se a necessidade de reação às investidas do capital [...]” (CARDOSO, et al., 2015, não paginado).

Assim como afirma Cardoso et al. (2015) se faz necessário resistir a investidura conservadora neoliberal no âmbito da educação, entretanto na atualidade tais estratégias de intensificação do capital se fazem presente no cenário político, econômico, social e educacional. Considerando que, “[...] vale afirmar que a educação é bem mais do que instrução e, por isso, não pode se resignar diante desse tratamento político, nem se conformar diante das pressões, para que forme apenas para o mercado de trabalho e para um modelo único de cidadania”. (CORREIA, 2013, p. 88).

A Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC 241), atual Emenda Constitucional 95<sup>5</sup> (EC 95), que congelou os gastos públicos por 20 anos, é um exemplo de

---

<sup>5</sup>Socialmente conhecida como “PEC da Morte” dada sua contribuição sistêmica para o aprofundamento das desigualdades sociais ante a contenção sem precedentes na história dos gastos públicos.

política pública que reflete o neoliberalismo na educação, uma vez que, vai significar atraso para a sociedade brasileira, principalmente, para os menos favorecidos, visto que esta proposta interfere diretamente nos recursos para as políticas básicas de saúde e de educação.

As políticas públicas educacionais contextualizam uma temática que vem sendo bem exploradas nas últimas décadas do século XXI, e enfrentando dificuldades para sobreviver aos ataques do sistema capitalista que se impõe nos últimos anos aqui ano Brasil para manter sua ordem universal. Propomos analisar os impactos das políticas educacionais para a sociedade brasileira e verificar para quê e para quem foram estas medidas no cenário político, econômico, educacional e social, dentre elas, a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC 241), que congelou os gastos públicos por 20 anos.

Segundo Diógenes (2016, p. 18) “no atual estágio do capitalismo mundial, os países periféricos são pressionados para assumirem políticas públicas de austeridade fiscal, minimização do Estado no provimento de políticas públicas de corte social e ausência desse no financiamento de políticas públicas que favoreçam o trabalho e não o capital”. Isto mostra que a classe dominante procura retomar o poder de todas as maneiras, nem que para isto sacrifique quem menos tem. Fica claro que a economia feita é para atender uma determinação dos organismos internacionais, que procuram privilegiar as classes dominantes.

Neste interim destacamos a Reforma do Ensino Médio é outra política educacional que ganhou força com o governo Temer, mas desde a década de 1990 que já discutiu sua implementação. Esta reforma surge a partir de um olhar neoliberal em que defende,

[...] a escola brasileira tem se mostrado incompetente para atender à massa de alunos que nela ingressa. A repetência, a evasão, a qualidade do trabalho docente e outros fatores têm sido apontados, em diferentes estudos, como responsáveis pela situação degradante do nosso ensino em todos os graus” (VALLE, 2009, p. 255).

Com base nesses argumentos que o governo procura convencer à sociedade de que é necessário haver uma reforma no ensino médio. No entanto, esta serve apenas para atender ao mercado capitalista. Isto é reafirmado por Diógenes (2016, p. 21) ao afirmar que “as políticas públicas de educação no Brasil têm sido marcadas pela ação ofensiva dos lobistas que defendem no Congresso Nacional os interesses relacionados ao mercado”. Dessa maneira, a reforma do ensino médio é destinada a um determinado grupo financeiro e determina também o sujeito que poderá seguir os estudos e quem não poderá.

Em relação ao que se propõe com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traça uma proposta que, segundo técnicos do Ministério da Educação pode superar a fragmentação das políticas educacionais, esta surge para separar de vez as pessoas que fazem

parte da elite das que são pobres, como afirma Diógenes (2016, p. 21), “ou pensamos em uma educação emancipatória para a classe trabalhadora e destituída de direitos históricos ou teremos uma perpetuação do domínio da classe dominante sobre a dominada”. O que nos resta é resistir aos encantos dessa elite devastadora.

[...] resta para nós o enfrentamento do desafio de defender uma sociedade na qual reine a justiça e a liberdade. Essa pode ser nossa nova utopia, na esperança não reduzida a uma simples quimera, mas como o possível de que somos capazes- sobretudo nós, fartos de conservadorismo social, político, ético educacional (CORREIA, 2013, p. 88).

No ano de 2010, elegeu-se na República Federativa do Brasil a primeira mulher presidente do país, Dilma Vana Rousseff. Embora a conjuntura internacional do período de campanha eleitoral tenha dado indícios da crise econômica mundial que estava começando a eclodir na política de capital financeiro, no Brasil respirava-se uma atmosfera otimista quanto à realização do terceiro mandato dos governos petistas.

As políticas sociais foram cada vez mais reivindicadas pela sociedade civil, em virtude da última década de acesso às políticas compensatórias, que construíram, conforme Santos (2016, p. 91), a concepção da “educação enquanto fator de produção”. As principais ações da gestão de Dilma materializaram a política de continuidade petista.

Tal política de continuidade espalhou-se a partir do ano de 2010 em diversas ações que consolidaram o compromisso nacional com a educação profissional. No entanto, desde a segunda metade da década de 1990, já é possível observar reformas com a finalidade de recrudescer a ambiência brasileira, colocadas por Frigotto (1995) como mudanças recentes no processo de trabalho e na produção.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), aprovado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, deu à formação profissional no Brasil uma nova faceta institucional, que “compreendeu a emergência de novas tecnologias de gestão e produção, desenvolvidas num cenário político e ideológico dominado pelos pilares do neoliberalismo” (PAZ e OLIVEIRA, 2015, p. 107). Das transformações advindas da reforma do Estado, a formação profissional foi um elemento relevante, e, por conseguinte, na gestão de Dilma, o domínio das teses da qualidade total, da formação flexível e da formação polivalente para a massa de trabalhadores esteve bem presente.

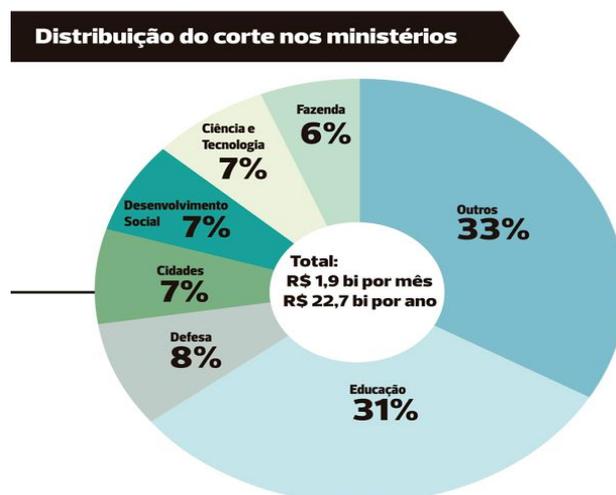
Com a finalidade de consolidar estas teses no final do primeiro governo Dilma, fora instituído o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O programa oferece bolsas integrais para estudantes com renda familiar de até um salário mínimo ou de 50% para

aqueles com até três salários mínimos, sendo insuficiente para romper plenamente as barreiras econômicas de acesso. Semelhante ao PROUNI, o Fundo de financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído no governo Dilma, foi criado com a justificativa de oportunizar o acesso e consolidar a iniciativa privada no ensino superior no Brasil.

Também no governo Dilma, aprovou-se o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2014), sancionado sem vetos – Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Por meio desta, estados e municípios atuam em regime de colaboração para a implementação das metas propostas.

Com um passado recente de ações voltadas para a formação, no Brasil parecia frutífero motivar a sociedade civil a continuar apoiando o governo petista que já vinha há doze anos alterando significativamente o cenário nacional. Não obstante, a estratégia petista não se corporificou na prática, e pouco depois da reeleição de Dilma Rousseff, houve o fatídico corte de 31% do orçamento da educação.

Figura 1: Distribuição do corte nos ministérios



Fonte:BRASIL, Ministério do Planejamento (2015).

O campo considerado enquanto prioridade pela campanha de Dilma Rousseff para seu segundo mandato, e o quarto consecutivo de governo petista, na prática, não conferiu ação concreta para a área da educação. Numa atmosfera acirrada, em meio às mobilizações sociais das jornadas de junho de 2013, as ações petistas passaram a efetivar uma perspectiva de retrocesso em relação ao que se vinha consolidando na cena brasileira.

Da posse em 1º janeiro de 2015 até o final do processo de impeachment em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff conviveu politicamente com o embarreiramento da maioria

de suas propostas junto à Câmara e ao Senado. Insustentável estava a conjuntura que se desenhava à frente de tantas mobilizações contra Dilma. A sociedade civil brasileira acabou pela via do consenso por dar legitimidade aos anseios da base adversária ao governo petista. (COUTINHO, 1999).

Sobre o processo de impeachment, incidiu mais do que a base adversária no Congresso e no Senado. Neste, triunfaram as forças ultraconservadoras de orientação política de direita. Prevaleceu o interesse do grande capital analisado por Karl Marx. Do impeachment de Dilma Rousseff, forjou-se uma esperança em Michel Temer (PMDB), com o slogan “Uma Ponte Para o Futuro”, lançado ainda em 2016, meses antes de ser iniciado o processo de impeachment, conforme apresentamos sinteticamente parte do documento anteriormente. Assim, a conjuntura nacional e a crise econômica melhorariam, porque as forças políticas, que construíram as mobilizações sociais e políticas, pouco ou quase nunca associaram os problemas conjunturais do Brasil aos desdobramentos da crise internacional que vem afetando o grande capital desde 2008.

Nessa altura, ainda não se dimensionava, a aridez da investidura da conjectura política alicerçada sob a justificativa do golpe político midiático no governo legítimo da presidenta deposta em abril de 2016. Observemos a diante.

## **INVESTIDURA CONSERVADORA NEOLIBERAL DO GOVERNO BOLSONARO**

Os anos de 2018 e 2019, período eleitoral e pós eleições presidenciais, estão marcados por profundas transformações no campo educacional, fruto de um movimento político e econômico contraditório que se iniciou com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e que revela fortes prejuízos nos encaminhamentos das políticas educacionais do país.

Em 2017 duas representativas mudanças ocorreram, a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415) e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas mudanças irão influenciar fortemente os caminhos da educação brasileira nos próximos anos. Além dessas duas mudanças, o debate sobre a Educação domiciliar e a Escola Sem Partido são pontos de destaque no governo de Jair Bolsonaro.

A gestão do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), está sendo marcada por instabilidades na educação, com mudanças significativas no Ministério da Educação (MEC), por meio do [Decreto N° 9.665, de 2 de Janeiro de 2019](#), que,

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em

comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Assim, algumas secretarias foram extintas, sob a orientação do então ex-Ministro Ricardo Vélez Rodríguez, como a SASE, principal responsável por articular o Sistema Nacional de Educação (SNE). A SASE<sup>6</sup> foi uma demanda da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010 e prestava assistência técnica sobre o Plano Nacional de Educação aos estados e municípios, além do piso salarial.

Outra secretaria que também foi extinta foi a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável pelos programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos.

A pasta da educação protagonizou, em 2019, uma série de contradições e polêmicas que configuraram a retirada do ministro Ricardo Vélez Rodríguez e culminou na nomeação do então atual ministro Abraham Weintraub, que também recebeu diversas críticas da sociedade civil de educadores, por seu perfil marcadamente economicista.

O governo de Jair Bolsonaro também tenta fortalecer o ideário da Escola Sem Partido e da Educação Domiciliar, que apesar de não ainda ganharem força na legislação, têm contribuído para fomentar na sociedade civil uma política de desvalorização da educação pública, bem como, pelo Projeto Escola Sem Partido, disseminar uma cultura de ataques e perseguições aos docentes. Outro ponto de destaque do decreto 9.665, Capítulo II, Art.2º, é a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

O movimento da Escola Sem Partido surgiu em 2004, muitos movimentos se levantaram contra, em diversos momentos, mas ressurgiu, mesmo sob protestos, em 2014. Atualmente, 62 projetos de Lei (PLs), com referências ao EsP tramitam no Congresso Nacional e nas casas legislativas<sup>7</sup>, em pelo menos 12 estados e 23 cidades do Brasil. Penna (2017, p.35) aponta que,

O discurso da Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma

---

<sup>6</sup> Para mais informações, consultar: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-articulacao-com-os-sistemas-de-ensino--sase/apresentacao>>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/projetos-lei-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 01 de maio 2019.

linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. Os memes, imagens acompanhadas de breves dizeres, tem uma grande importância nesse discurso simplista [...]

De acordo com os ideais da Escola Sem Partido, é aprovado em 2016, em Alagoas, com autoria do deputado Ricardo Nezinho (PMDB), o projeto “Escola Livre”, nomeado pelos educadores como “Lei da mordça”. Esse projeto inspirou diversos outros projetos em diversos estados do Brasil.

O Projeto da Escola Sem Partido tem como objetivo vedar uma suposta “prática de doutrinação” política por parte dos professores. O que isso representa de fato é uma interferência de setores conservadores e retrógrados sobre o fenômeno educativo. Um fato que demonstra essa interferência são as críticas direcionadas ao grande Educador Paulo Freire que era a favor de uma educação crítica, fundamentada na dialogicidade, uma educação libertadora.

Os ataques direcionados à educação, que se apresentam também em forma de cortes nos orçamentos das Universidades e também dos Institutos Federais, como anunciado em maio de 2019, configuram um projeto de governo que não dialoga com a sociedade civil, de fortes ataques aos serviços públicos e com ampliação dos investimentos no setor privado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fortalecimento do projeto neoliberal e o avanço do conservadorismo no Brasil redirecionam fortemente as políticas públicas educacionais no país. Assistimos nos últimos a uma tempestade de reformas, projetos e cortes na educação, em um claro ataque ao serviço público educacional.

Por meio do discurso conservador, o projeto de governo atual busca consolidar seu projeto educacional fundamentado em teorias anti-científicas, militaristas e dentro de uma lógica “moralista” contrária as demandas que vinham sendo implementadas no país desde o processo de redemocratização da década de 1980, na luta pela democratização da escola, ampliação dos direitos educacionais, desde o acesso à permanência, bem como todo o debate sobre os direitos do cidadão, na luta contra as diversas formas de discriminação, do respeito ao outro, seja na pauta dos direitos das mulheres, dos negros, da comunidade LGBT, dos povos indígenas e etc.

As medidas implementadas no campo da educação, seja com a Reforma do Ensino Médio do governo Michel Temer, seja com a proposta da Escola Sem Partido, da Educação Domiciliar, da militarização das escolas, dos cortes na educação, representam um retrocesso aos caminhos construídos sob o pilar da democracia e da cidadania, pois atacam diretamente a autonomia dos professores, bem como das instituições de ensino, em uma declarada proposta de ataque aos direitos democráticos.

Ao aprofundar esse debate consideramos que a proposta do atual governo não dialoga com as necessidades da maioria da população brasileira, maioria composta por trabalhadores que não estão representados em um projeto de governo que vislumbra aprofundar ainda mais a relação do Estado com o mercado, privatizando os setores públicos e sucateando a educação pública com cortes e retrocessos. Apresentamos por meio desse artigo um ativismo político e educacional de resistência em torno das propostas de políticas educacionais reducionistas, conservadoras e neoliberais que assombram a realidade brasileira em suas esferas formativas no seio da educação pública.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

BACKER, L. C. **Globalização econômica e crise do estado**: um estudo em quatro perspectivas. **Revista Seqüência**, n. 51, p. 255-276, dez. 2005.

BAVARESCO, A. **A crise do estado-nação e a teoria da soberania em Hegel**. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/565/505>>. Acesso em: 22 de maio 2019.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 2017.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BONETI, L. W.; GUIDINI, F. **Estado, políticas educacionais e formação de professores da educação básica**. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/politicas-publicas-educacionais-o-papel-do-estado-do-governo-e-da-sociedade/118263>>. Acesso em: 30 de maio 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Decreto-lei nº 9.665**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm)>. Acesso em: 29 de abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm)>. Acesso em: 06 de jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Desenvolvimento e Gestão**. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamentos da União exercício financeiro 2019: projeto de lei orçamentária. Brasília, 2019.

CANÁRIO, R. **a escola tem futuro?** Das promessas as incertezas- Porto Alegre: Artumed, 2006.

CARDOSO, E. N. R. **Educação e Neoliberalismo em contexto brasileiro**: elementos introdutórios a discussão. Paraná, 2015. Anais do XII Educere. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724\\_12514.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724_12514.pdf)>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CORREIA, W. F. O que é conservadorismo em educação? **Conjectura: Filos. Educ.**, v. 18, n. 2, p. 78-90, maio/ago. 2013.

DIÓGENES, E. M. N. Políticas públicas de educação: Aflições. In: Diógenes, E. M. N., GOMES, M. G. C., SILVA, W. C. M. (Org.). **Políticas públicas de educação**: Olhares transversais. Curitiba: CRV, 2016.

DIÓGENES, E. M. N. **Políticas públicas de educação**: concepções e pesquisas. Fortaleza: UFC, 2014.

FORJAZ, M. C. S. **Globalização e crise do estado nacional**. **Rev. adm. empres.** v.40 n.2 São Paulo apr./jun. 2000.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais para a educação**. São Paulo em Perspectiva, 2000.

IBARRA, D. **O Neoliberalismo na América Latina**. **Rev. Econ. Pol.** v.31 n.2, apr./jun. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, C.C. O papel da didática na formação do educador. IN: CANDAU, R. M. (Org.). **A didática em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola. Como andar no fio da navalha**, set./dez. 2008.

MARONEZE, L. F. Z.; LARA, A. M. B. **A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba-PR: PUCPR, 2009. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3126\\_1394.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3126_1394.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MÉSZÁROS, I. A crise em desdobramento e a relevância de Marx. In: \_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016.

PAZ, S. R.; OLIVEIRA, R. Políticas de qualificação profissional do Brasil: do PNQ ao PRONATEC – novos planos/programas e velhos interesses. In: CAVALCANTE, M. S. A. O.; SANTOS, I. M. (Org.). **História e política da educação: teoria e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SANTOS, D. F. **A educação em direitos humanos como direito na educação básica**. 143f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. – 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VALLE, B. B. R. Perspectivas futuras das políticas públicas. In: VALLE, B. B. R. (Coord.), LEITE, A. M. A., ANDRADE, E. R. et al. **Políticas públicas em Educação**. Curitiba: IESDE Brasil S. A. 2009.